

1 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
2 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
3 CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA
4 ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
5 ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

6 Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze realizou-se a Centésima Septuagésima Segunda Reunião
7 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de
8 Medeiros, 261, 15º andar, com o início às quatorze horas, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Ananda de**
9 **Oliveira**, Secretária Executiva do CONSEMA e Presidindo esta reunião; **Sr. Diogo Machado Nunes**, representante da SDPI;
10 **Sr. Torvaldo Marzolla**, representante da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**,
11 representante do Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Daniel Chies**, representante da ONG Os Amigos da
12 Floresta; **Sra. Sandra Berto**, representante da SERGS; **Sr. Darci Campani**, representante da Instituição Universitária Pública;
13 **Sra. Lisiane Becker**, representante da ONG Mira-Serra; **Sr. Adair Coelho Barcelos**, representante da SEDUC/RS; **Sra.**
14 **Marion Luiza Heinrich**, representante da FAMURS; **Sr. Paulo José Gallas**, representante da SCIT; **Sra. Ivonete Fatima**
15 **Tazzo**, representante da SEAPA; **Sr. Salzano Barreto**, representante da Secretária da Saúde; **Sra. Adriane Moraes**,
16 representante da FECOMÉRCIO; **Sr. Rafael Volquind**, representante da FEPAM; **Sr. João Pessoa R. Moreira**, representante
17 do IBAMA; **Sr. Manuel Strauch**, representante da UPAN; **Sra. Ana Rosa Severo Bered**, representante do Corpo Técnico da
18 ASFEPAM. Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Sr. Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e Sra. Elizabete Maria Zanin,
19 representantes da Instituição Universitária Privada; Sra. Ana Lúcia Cruz e Sra. Paula Silva de Moura, representantes do
20 Sindiágua; Sr. João Luis de Matos e Sr. Jurandir João Farias, representantes da Secretaria de Infraestrutura e Logística
21 (SEINFRA); Sr. João Constantino P. Motta e Sra. Luiza C. Schaefer, representantes da Secretaria de Planejamento, Gestão e
22 Participação Cidadã (SEPLAG); Sr. Ângelo A. Vieira da Silva e Sr. Alberto N. Becker, representantes da Secretaria de
23 Segurança Pública (SSP); Sr. Paulo Brack e Sra. Maria Carmem Bastos, da ONG INGÁ. Encontravam-se presentes: Sr. Valmor
24 Raffaeli, Sra. Cecy Oliveira, Sra. Maria do Caravagio, Sr. Michely Zat, Sra. Melissa Izawa, Sr. Luciano Vargas R., Sra. Bianca
25 Stangler, Sr. Eduardo Britz, Sr. Mario Saffer, da Engebio; Sr. Rafael José Altenhofen, da UPAN; Sra. Sílvia Rudek Wathier, da
26 FAMURS; Sra. Gêlcira Teles, da Mira-Serra; Luis Rodrigo Goulart, da SEMA. Iniciando a sessão a **Sra. Ananda de Oliveira** faz
27 o uso da palavra: "Boa tarde a todos! Todos receberam seus crachás? Vamos fazer a verificação de quórum, só por
28 formalidade. Ok, obrigada! Dezesete (17) conselheiros presentes. Damos aberta nossa reunião. Eu gostaria de esclarecer um
29 ponto da nossa reunião a respeito da ausência do nosso Presidente Néio Lúcio. Ele está internado, por problemas no coração.
30 Não é nada grave. Hoje ele desejou uma boa reunião a todos. Por questão de observação ele ficou internado alguns dias. Em
31 função da falta do secretário, o seu adjunto seria o presidente da reunião de hoje, que é o Sr. Perelló, que se encontra de
32 licença devido as suas férias. De acordo com nosso Regimento Interno, parágrafo primeiro (§1º), artigo onze (Art. 11): 'Na
33 ausência do Presidente e seu substituto, o Conselho será presidido pela Secretária Executiva.' Então como eu sou a
34 Secretária Executiva vou presidir a reunião de hoje. Vou passar então para o Alan que vai assumir minha função de Secretária
35 Executiva para passar os informes para vocês." **Sr. Alan Matos**: "Boa tarde senhores conselheiros e senhoras conselheiras!
36 Com relação as justificativas de ausência, chegou até o Conselho: a SEINFRA, a SEPLAG, a SSP, a ONG INGÁ, A Instituição
37 Universitária Privada e o Sindiágua. Para a reunião de hoje a Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento
38 (SDPI) indicou o Sr. Diogo Machado Nunes e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio indicou a Sra. Ivone Fatima
39 Tazzo." **Sra. Ananda de Oliveira**: "Só para a gente fazer a votação da pauta de hoje. Ficou então: 1 - Aprovação de duas Atas
40 Ordinárias e duas Atas Extraordinárias; 2 - Resolução CONSEMA 290/2014; 3 - Apresentação do Relatório anual CONSEMA e
41 Câmaras Técnicas; 4 - **Apresentação de Proposta da FEPAM, para Alteração da Resolução 288/2014**; 5 - Entrega do
42 Relatório Técnico Final do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; 6 - Assuntos Gerais e como última pauta, nós convidamos a
43 todos para uma confraternização. Aprovado por dezesseis (16) votos a favor, e um (1) voto contrário. Foram encaminhadas na
44 semana passada as Atas. Nós não recebemos nenhuma sugestão de alteração das Atas enviadas. Coloco em votação: Ata
45 169ª e 171ª Ordinárias, 42ª e 43ª Extraordinárias. Essas são as Atas que a Secretaria Executiva providenciou. São quatro (4)
46 Atas que obtiveram votações e/ou encaminhamentos. Nós mantemos um grande volume de Atas ainda, a ser realizadas para o
47 próximo semestre do CONSEMA, não só suas plenárias, mas as Câmaras Técnicas também precisam ser colocadas em dia.
48 No relatório anual vai ser apresentado isso. Gostaria de saber se alguém tem alguma colocação quanto as Atas?" **Sra.**
49 **Lisiane Becker**: "Outras entidades também não tiveram tempo hábil de fazer a leitura". São Atas bem pesadas. Eu deixaria
50 como sugestão, já que faltam outras Atas, que nós deixássemos para o próximo ano para fazer a aprovação. **Sra. Ananda de**
51 **Oliveira**: Nós temos duas (2) propostas: uma de não fazer a aprovação das Atas e a de se fazer a aprovação das Atas hoje.
52 Lembrando que uma (1) dessas Atas é referente à Resolução CONSEMA duzentos e oitenta e oito de dois mil e quatorze
53 (288/2014), que houve todo o tramite legal envolvendo a liminar. Então, nós fizemos todas as atas envolvendo a liminar,
54 envolvendo a votação. Nós não queremos criar também uma insegurança jurídica para a Resolução CONSEMA 288/2014, que
55 já foi aprovada. Quem concorda com a proposta da Lisiane de não fazer a votação das Atas, levante o crachá. **Resultado da**
56 **votação**: *Dois (2) votos favoráveis. Duas (2) Abstenções e quatorze (14) votos Contrários.* **Sra. Ananda de Oliveira**: Por
57 formalidade vamos fazer a votação da outra proposta. Quem é a favor da aprovação de todas as Atas aqui apresentadas.
58 *Aprovadas por unanimidade.* **Sra. Ananda de Oliveira**: Vou continuar com nossa pauta, e apresentar o relatório que
59 realizamos. Um prévio relatório que a gente tem do CONSEMA, das Câmaras Técnicas e das Plenárias. Na elaboração desse
60 relatório, inicialmente seria um relatório voltado para os debates. Porém, sabendo da nossa transição de governo, as
61 demandas e dificuldades encontradas da Secretaria Executiva, nós realizamos um relatório mais prático, voltado para uma
62 análise de qualificação. Para a realização deste trabalho, contamos com a colaboração de diversos setores, membros,
63 conselheiros, presidentes das Câmaras Técnicas. Esse relatório foi organizado da seguinte forma: No ano de dois mil e
64 quatorze (2014) nós realizamos doze (12) reuniões, contando com esta. Eu elaborei uma planilha bem simples com a pauta,

65 com a convocação com os dias e o número da reunião. Vocês irão receber o relatório junto com a pastinha ao final da reunião.
66 Se alguém tiver uma proposta de alteração, estamos abertos às discussões. Nós fizemos durante o ano de dois mil e quatorze
67 (2014), entre os dias vinte e sete de março (27/03) até dezoito de dezembro (18/12), oito publicações de resoluções e uma (1)
68 de moção. Na próxima página é possível perceber que eu separei todas as Câmaras Técnicas que houve reuniões este ano.
69 Nós temos ao todo treze (13) Câmaras Técnicas, mas apenas sete (7) reuniram-se este ano. No final do relatório nós vamos
70 mostrar a necessidade de reativar as Câmaras Técnicas, com conteúdo e com demandas. A primeira (1ª) Câmara Técnica que
71 teve atividades foi a de Assuntos Jurídicos. Abaixo tem um gráfico de presenças de todas as entidades que fazem parte de
72 cada uma das Câmaras Técnicas, mostrando o índice que varia de acordo com o número de reuniões. Foram convocadas
73 onze (11) reuniões de Assuntos Jurídicos, com quórum nove (9), duas (2) sem quórum, sendo destas, apenas quatro (4)
74 ordinárias e sete (7) extraordinárias. Essa Câmara contém onze (11) entidades a representando. Fiz um breve relato sobre os
75 principais assuntos debatidos em cada uma dessas Câmaras Técnicas. Na CTP Assuntos Jurídicos foi pontuada
76 principalmente a questão da Resolução 288, que revisa a cento e dois (102). Sua primeira (1ª) pauta do ano foi à questão da
77 representação do CONSEMA, referente às indicações da APEDEMA. Isso tudo está em Ata e vai ser disponibilizado aos
78 conselheiros. O Segundo (2º) ponto foi à apresentação do DEFAP envolvendo os técnicos e a Resolução cento e dois (102).
79 Como podem ver a Câmara Técnica de Biodiversidade, também realizou quatro (4) reuniões, destas convocadas, todas
80 obtiveram quórum. Ela conta com dezesseis (16) entidades. Ela teve baixa presença de algumas entidades. Essa Câmara fez
81 o planejamento da silvicultura, onde não houve grandes resoluções. O Ivo Lessa é o presidente da Câmara Técnica, e nos
82 informou que foi debatida também a Portaria da lista de espécies exóticas. Diversos foram os temas abordados pela CTP ao
83 longo do ano. Nossa próxima CTP é a Gestão Compartilhada, que não aprovou seu calendário de reuniões ordinárias, ou seja,
84 sua vinte e quatro (24) reuniões convocadas, vinte e uma (21) com quórum e somente a primeira (1ª) foi ordinária, todas as
85 demais foram extraordinárias. Então, fez com que o índice de reuniões extraordinárias crescesse muito. Inclusive essa CTP
86 realizou inúmeras reuniões e abordou sistematicamente desde dois mil e treze (2013) a análise de mérito do que é hoje a
87 Resolução CONSEMA 288. Foi um trabalho bem exaustivo que teve fim no mês de setembro de dois mil e quatorze (2014). Já
88 a CTP de Resíduos Sólidos teve sete (7) reuniões convocadas, todas com quórum. Conta atualmente com onze (11) entidades
89 representantes. Foram três (3) ordinárias e quatro (4) extraordinárias. Essa Câmara focou na questão do PERS (Plano
90 Estadual de Resíduos Sólidos), que será entregue hoje o relatório final. Nossa próxima CTP é a de Recursos Atmosféricos fez
91 apenas uma (1) reunião este ano. Possui treze (13) entidades representantes. A CTP FEMA fez três (3) reuniões, sendo uma
92 (1) ordinária e duas (2) extraordinárias. Ela conta com dez (10) entidades, obtendo quórum nas três reuniões. Dentre as pautas
93 abordadas, os repasses para liberação de concurso público. Em nosso próximo quadro, fica o total de cinquenta (50) reuniões,
94 ou seja, números totais de todas as Câmaras Técnicas. Comparado aos anos anteriores, esse número diminuiu. Nós tivemos
95 uma reunião que foi convocada no início do ano e posteriormente cancelada, por isso cinquenta (50) reuniões. Dos números
96 totais também destacamos que são cento e sessenta e três (163) membros titulares e cento e trinta e três (133) membros
97 suplentes. Temos diversas entidades que nas Câmaras Técnicas tem apenas um membro indicado e na falta deste membro
98 prejudica o quórum. Ao elaborarmos este relatório nós da Secretaria Executiva queremos pensar no que podemos fazer para
99 dar um bom andamento nas Câmaras Técnicas, até para fortalecer os debates. Das Câmaras Técnicas, trinta e oito (38) foram
100 extraordinárias e doze (12) ordinárias. Com quórum trinta e nove (39) e sem quórum nove (9). Sendo das reuniões do
101 CONSEMA nós tivemos doze (12) reuniões Plenárias. A tabela do CONSEMA foi realizada com o número de presenças e as
102 justificativas. Lembrando que no nosso Regimento Interno a entidade que não comparece ao CONSEMA, ela tem quinze (15)
103 dias úteis para apresentar uma justificativa. Algumas entidades tiveram uma participação bem baixa. Nós lamentamos isso,
104 compreendemos que cada entidade tem outros afazeres. Temos o destaque da FAMURS, da FIERGS, do Fórum Gaúcho dos
105 Comitês de Bacias, da Instituição Universitária Pública, da ONG Mira-Serra, da SDPI, da SEMA e da SSP, que obtiveram cem
106 por cento (100%) de presenças nas plenárias do CONSEMA ao longo deste ano. Percentual observado até a última reunião.
107 Gostaríamos de deixar como sugestão para a próxima gestão, que as Câmaras Técnicas que já realizam seu calendário de
108 reuniões anual, no início do semestre, possam ter uma maior participação dos conselheiros para que se evite a questão do
109 baixo quórum. A Secretaria Executiva reconhece suas limitações tanto humanas, quanto físicas e de infraestrutura para a
110 realização de todas as Atas das Câmaras Técnicas. Nos colocamos à disposição para a busca de um melhor solução. Nós
111 vamos fazer a entrega do relatório ao final da reunião e será disponibilizado também por e-mail. Se alguém discorda de alguma
112 informação, até das presenças, nós temos o Livro de Presenças que podem ser recontados, reanalisados. Estamos à
113 disposição para por em dia qualquer eventualidade. Inscrições abertas.” **Sra. Lisiane Becker:** “Notei a ausência de uma
114 Câmara Técnica muito importante que não foi convocada, por que não tínhamos Atas. (inaudível). A Gestão das Águas não foi
115 convocada nenhuma vez. É grave, por que deveria haver o Plano Nacional. Nós temos que fazer uma integração do Conselho
116 de Recursos Hídricos com o Conselho de Meio Ambiente. (inaudível). Temos que corrigir para os próximos anos e reativar essa
117 Câmara Técnica, que esteve prestes a ser extinta há alguns anos atrás e nós conseguimos fazer ela ressuscitar. No ano em
118 que tem uma demanda para essa Câmara Técnica ela não foi convocada. Para a próxima gestão tem que tomar a frente, para
119 que essa Câmara volte a ocupar um espaço tão importante quanto é. Está tomando mídia nacional o problema da água e uma
120 Câmara Técnica totalmente sucateada.” **Sr. Eduardo Stumpf:** “A de Controle e Qualidade também não foi convocada. Não foi
121 a convocação da Câmara Extraordinária do Regimento Interno e a do Zoneamento Ecológico. Eu gostaria de pedir para que
122 mandassem para nós a lista de presença, por que no Comitê nós estamos com uma nova diretoria e uma das nossas metas é
123 participar mais efetivamente das Câmaras Técnicas. Estou pensando em estabelecer uma meta de setenta e cinco por cento
124 (75%) de presença. Um dos questionamentos da Câmara Técnica de Biodiversidade um dos questionamentos é nos termos a
125 coragem de seguir o regimento. Por que as Câmaras Técnicas não tem quórum? Por que as pessoas faltam e fica por isso
126 mesmo. Na Biodiversidade tem dezesseis (16) entidades participantes e não tem quórum. O Regimento diz três (3) reuniões
127 faltantes seguidas ou cinco (5) alternadas, sai da Câmara. O que nós temos que fazer? Temos que simplesmente, no momento
128 em que esse parâmetro foi atingido a Secretaria Executiva tira essa entidade da Plenária. Vai só dar trabalho pra entidade que

129 vai passar vergonha em vim aqui no CONSEMA e pedir para voltar para a Câmara. No momento em que a gente faça isso
130 talvez tenhamos quórum. Mas nenhum secretário executivo tem coragem de fazer isso. Outra coisa que foi prometida e nunca
131 foi cumprida uma reunião conjunta entre CRH e CONSEMA.” **Sra. Ananda de Oliveira:** “Obrigada! Estou fazendo a anotação
132 de todas as propostas, além disso, vai constar em Ata.” **Sra. Lisiane Becker:** “para deixar claro. Nós já tivemos reunião
133 conjunta com o CRH, a pedido da Mira-Serra. Toda vez que muda o secretário nós pedimos que ocorra uma reunião conjunta.
134 Nós estamos no grupo da Câmara Técnica provisória, que expirou o prazo. Nós temos que retomar por que o Regimento
135 Interno está bastante falho. Sugestão para primeiro assunto do próximo ano é fazer uma nova Resolução para criar de novo o
136 grupo de trabalho.” **Sra. Ananda de Oliveira:** “Nosso Regimento está bem defasado, está precisando realmente de uma boa
137 reformulação.” **Sr. Rafael Altenhofen:** “Boa tarde! Colhendo um pouco das opiniões me vem a mente a questão da cultura de
138 Conselho. Os conselheiros, as instituições que compõe, elas são e deve-se lembrar superiores a uma secretaria executiva e
139 uma presidência que assume temporariamente. Não adianta criar sugestões ou pedidos para as próximas. Vai-se do interesse
140 ou não de quem assume. Minha sugestão é que essas sugestões que foram feitas quanto à revisão de procedimentos e outros
141 se faça na forma de deliberação. Uma vez deliberado aqui dentro, cabe simplesmente à nova direção que assumir cumprir e
142 não acatar ou não, de acordo com interesses específicos. Obrigado!” **Sra. Ananda de Oliveira:** “Bom. Foram encaminhadas
143 todas as propostas. Acho bem interessante, Rafael essa tua proposta. Coloco aberto para os encaminhamentos, se alguém
144 quiser fazer com que isso aconteça de fato, de repente com uma carta, um documento formal para que a próxima gestão tenha
145 esse posicionamento do CONSEMA. Nós nos comprometemos de enviar por e-mail uma oficialização formal dessas propostas.
146 Providenciado então, a questão do regimento do primeiro ponto de pauta para dois mil e quinze (2015). Próximo ponto de
147 pauta: Resolução duzentos e noventa de dois mil e quatorze (Res. 290/2014). Essa resolução foi passada pelo Sergio Macedo,
148 Assessor Jurídico da SEMA. Ela foi publicada sem o *referendum* do CONSEMA. Não é de praxe esse tipo de ação, mas devido
149 à urgência de recursos do FEMA para a FEPAM e todo tramite legal que foi encaminhado, ele foi publicado sem a aprovação
150 do CONSEMA. Como sem a aprovação do CONSEMA não há validade legal, nós queremos colocar ela aberta a discussão
151 para fazer essa apreciação. Foi encaminhado junto à convocação, previamente.” **Sra. Lisiane Becker:** “É praxe sim. Está
152 virando praxe. Já vai ser a quarta (4ª) que nós aprovamos o *referendum* depois de ter sido publicada. Já alertei várias vezes
153 aqui no CONSEMA que não fosse feito. Discordo deste tipo de prática por que não pode ser uma Resolução CONSEMA sem
154 passar pelo CONSEMA. Publicam sem ter passado por um estudo, algo mais técnico. Quero deixar meu veemente repúdio a
155 este tipo de prática. Várias vezes foi dito que não deve-se fazer isso, só em último caso. Já passou do FEMA, já passou
156 Silvicultura, tudo nesse molde. O CONSEMA está sendo desprestigiado.” **Sr. Eduardo Stumpf:** “Não houve tempo hábil de
157 passar essa matéria na Câmara Técnica do FEMA. Eu aprovo essa Resolução dando um voto de confiança ao secretário.” **Sra.**
158 **Sandra Berto:** “Só por questão de esclarecimento. Nós estamos transferindo um dinheiro do Fundo Estadual do Meio
159 Ambiente para a FEPAM, que não passou pela Câmara Técnica e está passando pelo CONSEMA como *ad referendum*. Essa
160 Resolução não esclarece para que fins é esse dinheiro. Pelo menos isso nós deveríamos tomar conhecimento, por que o fundo
161 tem um regramento, a sua aplicação segue uma legislação. Pelo menos o Plenário deveria saber a que se destina este valor.”
162 **Sra. Ananda de Oliveira:** “Foi convocado, tanto o pessoal do FEMA, quanto o Sérgio Macedo e técnicos da FEPAM, para
163 comparecer a reunião que não estiveram presente hoje. Eu anoto essa tua proposta, que é extremamente justa, Sandra. Mais
164 alguém gostaria de fazer o uso da palavra?” **Sra. Marion Heinrich:** “Existe a possibilidade de ser votado numa próxima
165 reunião? O que acarretaria caso não aprovado o *ad referendum*?” **Sra. Ananda de Oliveira:** “A FAMURS coloca como
166 proposta de ser votado na próxima reunião, para que o Pleno faça a análise desta Resolução. Acho mais ético se trouxermos
167 os responsáveis por esta Resolução.” **Sr. Darci Campani:** “Quero reforçar a posição da SERGS. A Secretaria Executiva não
168 sabe para onde vai este recurso?” **Sra. Ananda de Oliveira:** “Não foi passado para nós.” **Sr. Darci Campani:** “Nós já
169 aprovamos aqui, quando a Jussara Cony era secretária, que o Fundo não era pra pagar a limpeza da SEMA. Estamos
170 aprovando algo pior agora, por que não sabemos para o que é. É uma situação bastante complicada. No mínimo deveria
171 constar qual a finalidade do recurso. Até o final da reunião não temos condições de pegar o ofício e dizer para o que é?” **Sra.**
172 **Ananda de Oliveira:** “Está no jurídico. Nós podemos acioná-los.” **Sr. Manuel Strauch:** “Nós tivemos uma reunião sobre isso.
173 Foi apresentado pela FEPAM. Na época se manifestou, pois não tinha nenhum planejamento quanto às despesas, não estava
174 claro para o que seria. Na época isso foi dito que sempre foi feito assim. Nós precisamos ver o que temos que fazer para que
175 ano que vem não seja assim. Na realidade isso é um caso bem claro de improbidade administrativa, estamos liberando um
176 dinheiro sem planejamento para justificar as despesas.” **Sra. Ananda de Oliveira:** “Já foi providenciado para a Assessoria
177 Jurídica apresentar seu esclarecimento. Nós temos duas (2) propostas. A primeira (1) é a apreciação ou não e a segunda (2ª)
178 de por em pauta na próxima reunião do CONSEMA. Chegou a informação aqui que já está vindo o Sr. Luis Rodrigo, Diretor
179 Administrativo da SEMA para fazer os esclarecimentos. Pergunto aos senhores se podemos aguardar e assim passamos para
180 o próximo ponto de pauta. Sim? Obrigada! Próximo ponto de pauta: apresentação da proposta da FEPAM de alteração da
181 resolução duzentos e oitenta e oito de dois mil e quatorze (Res. 288/2014), através do Sr. Rafael Volquind.” **Sr. Rafael**
182 **Volquind:** “Boa tarde! Estou trazendo aqui essa proposta de retificações em cima da resolução duzentos e oitenta e oito de
183 dois mil e quatorze (Res. 288/2014) que foi publicada em outubro. Foi avaliado dentro da FEPAM e identificado três (3) grupos
184 de problemas: (1) erros de digitação; (2) adequação na distribuição dos portes de atividades (3) solicitação de correções por
185 parte da área técnica da FEPAM, para melhor entendimento e para fazer a gestão integrada com os municípios. Dentro dos
186 erros de digitação foram dois (2) códigos de atividades (CODRAM): Criação de Aves de Postura – publicado 112-20; correto
187 112-12 e Distribuidora/Depósito de Produtos Químicos, Farmacêuticos e/ou Fertilizantes publicado 4100-00; correto 4111-00.
188 Adequação na distribuição dos portes de atividades: treze (13) atividades que foram todas passadas para o município, com os
189 portes identificados como de impacto local, porém a FEPAM faz a distribuição em cinco (5) portes bem claros, mínimo,
190 pequeno, médio, grande e excepcional e na resolução do CONSEMA foi publicado todos os portes acumulados como porte
191 mínimo. Os itens listados são: 117-10; 1540-20; 1721-22; 1910-00; 3411-00; 3451-10; 3457-00; 3462-00; 4140-00; 4730-10;
192 4750-10; 5220-00 e 6114-00. Para exemplificar eu trouxe um espelho de como é na FEPAM. A gente verifica por código de

193 atividade 1540-20 que é fabricação de artefatos de bambu/vime/junco/palha trançada (exceto móveis), ele tem a distribuição
194 dos cinco (5) lotes de zero (0) a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²), para porte mínimo. Duzentos e cinquenta
195 metros quadrados (250m²) a dois mil metros quadrados (2000m²) para pequeno. Dois mil metros quadrados (2000m²) a dez mil
196 metros quadrados (10000m²) para médio. Dez mil metros quadrados (10000m²) a quarenta mil metros quadrados (40000m²)
197 para grande e acima de quarenta mil excepcional. Num caso de um município não fazer o licenciamento, não estar apto a fazer
198 o licenciamento e esse ramo for solicitado junto ao licenciamento da FEPAM dificulta as pessoas de cobrança do ressarcimento
199 de custos pela proporcionalidade ao tamanho do empreendimento. A última questão é a solicitação de correção por parte da
200 área técnica da FEPAM. Talvez não tenha ficado claro no arquivo encaminhado pela secretaria executiva, foi mandado um
201 arquivo Excel, que tem a planilha um (1) e a planilha dois (2) com sugestões. Primeiro (1) grupo é uma correção de descrição.
202 A descrição d atividade ou ela não bate com o banco de dados da FEPAM ou ela apresenta algum erro na sua redação. 3414-
203 40, parcelamento do solo para fins residenciais, como gostaríamos que ficasse: loteamentos ou desmembramento - unifamiliar
204 (inclusão da ETE, quando couber, e licenças correspondentes). Isso foi discutido na Plenária e não foi colocada na versão
205 publicada posteriormente. 3545-00 – classificação seleção de Resíduos Sólidos Urbanos oriundos de coleta seletiva. Esse está
206 causando uma grande confusão com alguns municípios. Foi publicado entre parênteses inclusive transbordo, só que esse
207 transbordo é oriundo de coletas seletivas e não do resíduo sólido urbano. Tem municípios que já estão querendo fazer o
208 licenciamento e o nosso receio é que isso comece a virar foco de novos lixões. Hoje a gente consegue manter o controle do
209 licenciamento. Se ficarmos restritos aos resíduos oriundos de coleta seletiva, estes resíduos serem transbordados
210 posteriormente, aí nós temos segurança. Agora, fazendo uma má interpretação da forma como está escrita, como alguns
211 municípios estão fazendo, nós corremos muito risco de ter focos de lixões aparecendo no estado. Os demais eu estava
212 comparando com o banco de dados para ver o que estava escrito, então o 3414-70 – condomínios por unidade
213 autônoma/fração ideal - vertical - prédios de apartamentos - (inclusão da ETE, quando couber), está igual FEPAM, não alterar;
214 o 3544-10 – Aterro de RSCC, não há necessidade de alteração; o 5220-00 – oficina mecânica/centro de desmanche de
215 veículos (CDV), está igual FEPAM, não alterar; o 8111-10 – clínicas médicas sem procedimentos complexos (inclusive
216 ambulatórios e postos de saúde), está igual FEPAM, não alterar. A correção de potencial poluidor, a mesma atividade 8111-10 –
217 está classificada erroneamente, ela tem que ser potencial BAIXO. Redução de porte: 111-40; 112-11; 114-24 tem solicitações
218 de redução de porte. Eu pedi para a secretaria executiva analisar como isso chegou na Câmara Técnica Jurídica e Gestão
219 Compartilhada, para saber como veio à Plenária, para saber se cabe ou não a solicitação de redução de porte. Não sei dizer
220 hoje como foram as votações e se tem fundamento ou não esta solicitação neste momento. Mesma coisa a ampliação de porte
221 do Codram 2611-20. Correções de porte: parecem serem erros de digitação na tabela nos codrams 3414-10, onde está dividido
222 entre porte médio e grande e pequeno e médio, o correto é médio 5,01 a 20 há. Não altera o porte só faz o enquadramento.
223 3541-12 – incluir faixa 5,01 a 20,00 ton/dia, que está faltando. 3544-50 e 3544-60 (<200, 200 a 500, 500, a 1000, 1000 a 5000,
224 >5000), colocar a fórmula correta que está diferente da realidade. 6210-00 – pequeno 5,01 a 20 há, ele está separado em dois
225 (2). Foi solicitado também, por parte da área técnica da FEPAM a exclusão dos Codrams 111-60; 117-20; 3414-20, este último
226 já está incluído no parcelamento do solo ou condomínio e acaba tendo confusão com área de lazer. São usado para
227 balneários, parques temáticos e afins. Tem a sugestão de criação de códigos de atividades 117-30 – criação de bovinos de
228 corte em sistema extensivo a campo; 3421-00 – lavagem de veículos e 3414-80 – fracionamento de matrícula para fins
229 cartoriais sem intervenção são atividades praticamente isentas da FEPAM, mas que são viáveis para o licenciamento a nível
230 local, municipal, poderiam fazer parte desta resolução também. Essas são as alterações. Eu gostaria de saber qual a melhor
231 forma de encaminhamento delas, que são realmente correções a serem feitas que cabe fazer uma errata, uma retificação da
232 resolução e o que deve ser levado a plenária pra ser discutido na Câmara Técnica e posteriormente a plenária para votação.
233 Obrigado!” **Sra. Marion Heinrich:** “Como eu acompanhei na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada e nós debatemos
234 muito todas as atividades. Eu peguei uma a uma dessas que foram encaminhadas pelo Rafael e avaliando, três (3) Codrams
235 seriam realmente correções. Os demais Codrams seriam para aumento de porte, para alteração da atividade, para diminuição
236 de porte e um aumento de porte. Oficina mecânica ele vai alterar a nomenclatura. Exemplo: ele quer tirar chapeação e pintura,
237 então assim vai mudar a atividade, que já foi votado na Câmara Técnica e aprovada na Plenária do CONSEMA. É correto que
238 essas discussões sejam encaminhadas para a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, por que nós não podemos
239 desconsiderar todo o trabalho que foi feito e aprovado, que demorou pra ser aprovado. Além de algumas correções na hora da
240 resolução, a parte florestal ela tem também questões que devem ser melhoradas por que apresentam uma insegurança grande
241 nos municípios. Se alguém da SEMA quiser se manifestar. Alguns técnicos aqui da SEMA tem posições, interpretações sobre o
242 que consta na tabela florestal, porém não está escrito dizendo que o município pode licenciar, por exemplo na área rural, que
243 eu entendo ser competência do estado e eles entendem que o município pode licenciar em determinados casos. Onde está o
244 amparo legal para isso? De que forma ele vai responder para o órgão de controle que vai lá e vai pedir ‘ah, tu já licenciou, mas
245 a competência não está aqui, não é tua.’ A gente sabia que a resolução não iria ser perfeita, são muitas atividades, são muitas
246 as discussões. São diversos pontos que devem ser corrigidos. Eu gostaria de dizer que o melhor encaminhamento seria que
247 retornasse a Câmara Técnica para discussão e formatação de um documento para voltar ao CONSEMA, depois para
248 aprovação. Na verdade, encaminhar todo o pedido da FEPAM para a CTP Gestão Compartilhada.” **Sr. Darci Campani:** “A
249 Câmara Técnica teve reunião na semana passada, eu não consegui participar. Tem um problema no meu e-mail, já informei o
250 Alan. Acho que temos que dar com calma uma boa revisada. Eu aqui represento as Universidades Públicas. Sem fazer
251 brincadeiras de novo, mas na última hora, na questão das Universidades e centros de estudos foi trocado o limite, era vinte e
252 cinco hectares (25ha) se não me engano. A comparação que eu fiz foi comparar com presídio, usar o mesmo valor que o
253 presídio. Fiquei chocado com isso e não parei pra pensar a questão do tamanho. O que acontece nas universidades hoje? Nas
254 universidades são prédios. O cara abre a universidade num prédio e passa a concorrer com universidades tradicionais nas
255 regiões. Estas universidades tradicionais tem campus. A UFRGS, por exemplo, tem um Campus imenso em Caxias, mas em
256 São Sebastião do Cai ela tem uma coisinha um pouco maior que um prédio. Estamos abrindo o campus em Tramandaí. Aqui

257 em Porto Alegre temos a licença do Campus do Vale pela FEPAM por que são seiscentos hectares (600ha), o impacto é em
258 dois municípios. Nós temos o Campus Olímpico, o Campus Centro, o Campus da Saúde. Nós estamos querendo fazer o
259 Campus na Serra também. Administrativamente para uma Universidade que não é uma empresa que tenha um setor
260 ambiental, nosso grande (inaudível) é se concentrar na gestão ambiental enquanto uma ferramenta para unificar na licença
261 ambientalmente empreendimentos que são muito parecidos. Eu pediria para que o Rafael agregasse a questão das
262 universidades em geral. De repente a UCS também que tem vários centros. A cada prefeitura uma documentação
263 completamente diferenciada, adotam dinâmicas diferenciadas. Temos que estudar juridicamente uma proposta viável, para que
264 não fiquemos na ilegalidade. Sou a favor de remeter a Câmara Técnica." **Sra. Lisiane Becker:** "Era evidente que isso ia
265 acontecer, até mais cedo do que eu imaginava. A Mira-Serra foi proponente da atualização da cento e dois (102), também se
266 pacionou contra varias questões ilegais, como a da Mata Atlântica e continuam ilegais. Acho bastante oportuno essa
267 possibilidade de fazer com calma um pente fino nas questões que ficaram pendentes. Acho importante que retorne a Câmara
268 Técnica" **Sra. Ananda de Oliveira:** "Não vamos nos estender demais. Já temos uma proposta bem clara." **Sr. Sergio Macedo:**
269 "Essa discussão toda da resolução duzentos e oitenta e oito de dois mil e quatorze (Res. 288/2014) foi intensa nas duas (2)
270 Câmaras Técnicas e também nesse plenário. A alteração proposta pela FEPAM, se não me engano é uma alteração pequena.
271 Se essa discussão voltar para a Câmara Técnica numa nova administração até eles darem conta do que é isso... Novos
272 gestores, novas pessoas que vão integrar nas Câmaras Técnicas, vai ser um grupo diferente nas duas CTPs, isso vai demorar
273 muito tempo e essas alteração que parece urgente vai ficar sabe-se lá para quando. É correto a matéria ser submetida a
274 Câmara Técnica, mas o plenário do Conselho tem a capacidade, a soberania de decidir, independente da questão ir ou não
275 para a CTP, por isso foi colocado em pauta. Nós queremos da celeridade a esta situação. O entendimento do Secretário Neio
276 Lúcio é tirar o ponto de pauta e passar para a Câmara Técnica." **Sra. Sandra Berto:** "tem dois pontos que eu queria salientar.
277 Primeiro (1º) o ponto de pauta diz que hoje é a apresentação da proposta da FEPAM, isso não quer dizer votação. Está
278 apresentado, ok. Está no caminho certo para que a Câmara Técnica aprecie as demandas do meio ambiente é necessário que
279 uma entidade apresente esta proposta do CONSEMA e isso seja encaminhado para a Câmara Técnica, que é onde existe a
280 competência para ser analisado ponto a ponto. Foi um trabalho que nós já realizamos e constatamos que haviam algumas
281 irregularidades, algumas inconsistências. Como a FEPAM está apresentando hoje uma proposta de alteração e esta resolução
282 foi construída com a contribuição de várias entidades, já avaliamos que tem mais coisas que isso a ser esclarecido para
283 facilitar o licenciamento junto aos municípios, por que ainda está se gerando muitas dúvidas. Para não se criar uma colcha de
284 retalhos, que é uma resolução alterando uma resolução, a minha proposta é que seja encaminhada para a Câmara Técnica
285 para apreciar e que se abra a possibilidade de que outras entidades possam fazer suas sugestões de alteração." **Rafael**
286 **Volquind:** "Acho que está correto o encaminhamento para a Câmara Técnica. Essa é uma proposição encaminhada dentro da
287 própria FEPAM, inclusive os colegas informaram que tudo que foi já estivesse votado pelas Câmaras Técnicas Jurídica; Gestão
288 Compartilhada e Plenária não poderia sofrer uma simples retificação. Faça o apelo de que é realmente erro de redação seja
289 retificado o quanto antes, independente de passar por Câmara Técnica, que isso seja feito, se possível esse ano." **Sr. Eduardo**
290 **Stumpf:** "Eu acho que o que for retificação pode ser feito ainda esse ano e alguma proposta que veio da FEPAM que é nova
291 vá para a Câmara Técnica. Peço que para a Câmara Técnica só vá a proposta da FEPAM e quem tiver outras propostas que
292 passe pela Plenária e o Pleno manda para a Câmara Técnica, para não voltar tudo lá. Essa é a minha proposta. Para ficar
293 claro, minha proposta é que de imediato sejam feitas as correções através de uma resolução. Que a resolução duzentos e
294 noventa (Res. 290) ela reedite o anexo um (1) com as correções e as propostas de mérito sejam encaminhadas a CTP. Em
295 dois mil e quatro (2004) nós reeditamos uma resolução do sistema integrado de licenciamento para atividades agrícolas. Talvez
296 a FEPAM proponha um mecanismo para estender, fazer um sistema integrado de licenciamento para essas atividades que são
297 integráveis, é o caso das universidades. Tem outras atividades além das agrícolas que existe um sistema econômico." **Sra.**
298 **Marion Heinrich:** "O problema de aceitar a proposta de retificação do Rafael, da FEPAM é o seguinte: o que é retificação para
299 ele, pra mim não é. Por que retirar transbordo da atividade vai mudar a atividade, não é uma retificação. Retirar uma
300 chapeação e pintura vai mudar a atividade. Tem essa questão que nós temos que ver uma a uma. Não concordo que seja feita
301 dessa maneira, a não ser que nós discutimos uma a uma." **Sr. Darci Campani:** "estou sensível a preocupação do Rafael, mas
302 assim como a resolução anterior que vai voltar agora para a discussão, foi feita ad referendum do Conselho, estas alterações
303 podem ser feitas pelo Secretário, com apoiada FEPAM ad referendum e vem para o Conselho já." **Sra. Ananda de Oliveira:**
304 "por questão de ordem. Nós temos aqui algumas questões bem pontuais. A primeira (1ª) proposta organizada pelo Eduardo
305 Stumpf que é de encaminhar para a Câmara Técnica a apreciação da Minuta. A segunda (2ª) proposta é do Sr. Darci Campani
306 que seja retificada até o fim deste ano, sendo apreciada novamente da mesma forma como esta sendo feito nesta resolução. A
307 terceira (3ª) proposta é que o Rafael pontue exatamente o Codram que ele deseja votar como retificação para que a gente
308 possa fazer essa alteração, para que não inviabilize ainda este ano os licenciamentos, mas que as demais passem para a
309 Câmara Técnica. Essa é a minha proposta. Vamos fazer a votação. Rafael, para esclarecimento apresente somente os
310 Codrams que você deseja fazer as correções." **Sr. Rafael Volquind:** "estes são os itens que claramente são erros de
311 digitação. É só o número. Não estou discutindo o porte, só estou corrigindo o número dele. Na Resolução ela apareceu como
312 112-20 e ela é 112-12. A outra é a 4100-00 que vira 4111-00. Correção de descrição, o que foi aprovado pela Câmara Técnica
313 está aprovado, veio para Plenária e foi publicado, não se altera, só na Câmara Técnica. A correção de porte é a que eu solicito:
314 3414-10; 3541-12; 3544-50; 3544-60 e 6210-00." **Sra. Ananda de Oliveira:** "por questão de ordem precisamos dar o
315 encaminhamento o quanto antes. Precisamos encaminhar para a Câmara Técnica fazer a apreciação desses itens. Acredito
316 que seja consenso fazermos a votação de mérito do que vai para a CTP. Correto? Coloco a minuta na integra para apreciação
317 na Câmara Técnica, vamos ver se aprovamos, pois não encontro consenso na proposta, então devemos encaminhar ela em
318 bloco pra a CTP. Quem concorda que ela seja integralmente para a Câmara Técnica, por favor levante seu crachá. Dezesete
319 (17) favoráveis. Contrários? Dois (2). Abstenções? Nenhuma. Aprovado. Vai para a Câmara Técnica. Foi encaminhada a
320 proposta da FEPAM, da apreciação da resolução duzentos e oitenta e oito de dois mil e quatorze (Res. 288/2014) para a

321 Câmara Técnica.” **Sra. Sandra Berto:** “para deixar claro. A FEPAM está propondo a correção. Vai ser encaminhado à Câmara
322 Técnica para apreciação e volta para o CONSEMA aprovar. Esta alteração já foi verificada que não é suficiente para dar
323 amparo aos municípios, para que eles tenham segurança nos licenciamentos de impacto local. Faz-se necessário que as
324 demais observações já constatadas sejam também corrigidas. É competência da Câmara Técnica fazer essa correção. A
325 Câmara Técnica só vai reunir se a matéria for encaminhada na sua totalidade.” **Sr. Ivo Lessa:** “Voltamos a estaca zero. São
326 coisas diferentes, se vamos encaminhar a totalidade devemos dar um prazo para que nós não fiquemos dias após dias
327 discutindo aqui. Tem coisas que já foram votadas e vão voltar a discussão novamente.” **Sr. Sergio Macedo:** “Eu concordo com
328 o Ivo. Ou o CONSEMA e as Câmaras Técnicas vão ficar discutindo o resto da vida essas questões e nós nuca vamos ter uma
329 tabela definitiva ou a gente não volta a discutir essas questões.” **Sra. Marion Heinrich:** “Sérgio eu acho estranho, até porque
330 eu tenho conversado com o Departamento Florestal da SEMA, que foi quem apresentou a parte da tabela florestal e nós
331 estamos tendo muitos problemas, pois tem questões que devem ser corrigidas ou colocadas de forma clara. Eu digo para os
332 municípios que me ligam não fazer, por que eles tem uma insegurança jurídica, não tem uma norma que permite fazer. Não
333 adianta um técnico do DEFAP dizer que o município pode fazer, se não tem uma Lei. Por isso, eu gostaria que houvesse a
334 possibilidade de considerar outras questões, para correção.” **Sra. Ananda de Oliveira:** “Temos duas (2) propostas. Primeira
335 (1ª) proposta é que a Câmara Técnica aprecie a proposta da FEPAM e demais correções sejam aprovado pelo Pleno. Quantos
336 mais inscritos? Encerramos as falas no Rafael Volquind, para que possamos dar os encaminhamentos.” **Sr. Manuel Strauch:**
337 “Concordo com o Ivo, que não dá para deixar uma chancela para a Câmara Técnica ficar discutindo o que é e o que não é. Da
338 mesma forma que a FEPAM apresentou por que considera importante que sejam discutidos, acho que outras propostas
339 também tem que vir para o Pleno. Proponho que cada discussão que a Câmara Técnica faça seja iniciada aqui, ordenado pela
340 Plenária do CONSEMA, se não cada dia na Câmara Técnica surge mais alguma coisa. Tem que ser justificado aqui e aprovado
341 para que seja discutido na CTP.” **Sr. Rafael Volquind:** “Para deixar claro que a FEPAM não está pedindo privilégio de ser
342 apreciado só suas propostas. Muito do trabalho da Câmara Técnica é esclarecer como que as coisas foram discutidas e qual
343 foi a decisão. A FEPAM esteve presente na Câmara Técnica em diversos momentos e diversos representantes diferentes ao
344 longo dessa gestão. O que eu sugiro, como a próxima reunião do CONSEMA só ocorre em março que fossem encaminhadas
345 via Secretaria Executiva as demais demandas para apreciação da Câmara Técnica ainda nesse período de recesso.” **Sra.**
346 **Ananda de Oliveira:** “Com certeza. A Secretaria Executiva encaminha inclusive a Câmara Técnica já fez sua eleição, já
347 empossou a nova presidência, a Sra. Sandra Berto. Pode ser encaminhado sem problema nenhum. Temos agora que fazer a
348 votação. Primeira (1ª) proposta é que a Câmara Técnica aprecie a proposta da FEPAM e demais correções da Resolução
349 CONSEMA duzentos e oitenta e oito de dois mil e quatorze (288/2014) passem pelo CONSEMA. Segunda (2ª) proposta é que
350 a Câmara Técnica tenha a liberdade de apreciar toda a resolução e que faça as alterações de acordo com os seus
351 conselheiros. Terceira (3ª) proposta que seja encaminhado via Secretaria Executiva as demandas para a Câmara Técnica
352 envolvendo essa resolução, até dia trinta e um de dezembro de dois mil e quatorze (31/12/2014). Favoráveis a primeira (1ª)
353 proposta? Quatro (4) votos. Favoráveis a segunda (2ª) proposta? Três (3) votos. Favoráveis a terceira (3ª) proposta? Nove (9)
354 votos. Abstenções? Duas (2). Aprovada a proposta de número três (3), para que as entidades enviem as sugestões de
355 correções a Secretaria Executiva. Conseguimos superar essa pauta tão longa. Eu gostaria de chamar o Sr. Luiz Henrique para
356 fazer um relato e também a entrega do Relatório Final do PERS (Plano Estadual de Resíduos Sólidos).” **Sr. Luiz Henrique:**
357 “Boa tarde! Eu gostaria de fazer um breve relato do que foi a estruturação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Deu início
358 em outubro de dois mil e treze (out/2013) e nós estamos concluindo hoje. Nós trouxemos uma síntese do relatório técnico final
359 que será entregue a cada um de vocês. o conteúdo integral do relatório tecnico final, que umas quinhentas (500) páginas está
360 disponível no site do PERS. O Plano seguiu o modelo determinado pelo Ministério do Meio Ambiente, com participação de
361 recursos financeiros do Ministério. O Rio Grande do Sul é o primeiro estado que está concluindo o Plano de Resíduos nos
362 moldes do MMA, que segue o que está determinado na Lei 12305, que prevê a realização de audiências publicas para validar
363 cada etapa. Nós realizamos quatorze (14) audiências e tivemos uma participação bastante significativa, tanto dos municípios,
364 quanto do estado. Temos uma peça muito importante que pode até passar por algumas mudanças, melhorias.” **Sra. Carmem:**
365 “Só para complementar o que foi dito pelo Luiz. Gostaria de pedir para a equipe da Coordenação Técnica levantar para que os
366 conselheiros possam os conhecer. Eu, da FEPAM e o Luiz Henrique, da SEMA fomos os Coordenadores. Na verdade esse
367 Plano de Resíduos vem para atender uma Política Nacional de Resíduos. Como obrigação dos estados o Rio Grande do Sul
368 fica bastante orgulhoso de ter conseguido fazer esse processo de licitação do trabalho dentro do que foi acordado. A empresa
369 contratada foi a EngeBio, coordenada pelo Sr. Mario Saffer e sua equipe. Dentro do que a Legislação estabelece o Plano
370 Estadual de Resíduos teve como objetivo de fazer o levantamento das quantidades e da distribuição de sistemas de
371 destinação de resíduos no estado do Rio Grande do Sul. As audiências foram escolhidas regionais. A equipe técnica de
372 coordenação levou adiante uma dinâmica de colocação de informações e depois de debates acerca das oito (8) tipologias
373 envolvidas. O plano trata de resíduos de serviços de saúde, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais, resíduos de
374 transporte, resíduos de saneamento, agrosilvopastoril, resíduos de mineração e resíduos de construção civil. Foram feitas as
375 abordagens e os levantamentos desses resíduos com base no que havia disponível e depois esses dados foram refinados com
376 base nos dados existentes na FEPAM. Muitos deles estimados como é o caso dos resíduos de construção civil, resíduos de
377 saneamento e resíduos de mineração, que são resíduos dos quais não se detém as quantidades não são tabuladas. Resíduo
378 industrial fica mais fácil fazer o diagnostico, por que na FEPAM nos temos a história de ao longo dos anos exigir planilhas de
379 apresentação de volumes gerados de resíduos. Com todos os problemas se quisermos pensar em técnicas de aproveitamento
380 e reciclagem, nós precisaríamos ter os resíduos especificados por tipos, especificamente nas suas características mais
381 intrínsecas. Apesar disso nós temos uma quantidade significativa de quantidade de resíduos disponível no banco de dados.
382 Uma questão importante do Plano Estadual de Resíduos é que ele passa a ser um importante marco para a tomada de
383 decisão, de planejamento, de estruturação e de ações na área de resíduos sólidos no Rio Grande do Sul. Por que ele é um
384 marco e não fecha em si? Por que ele precisa ser dado continuidade ao que está ali definido. A sociedade, o CONSEMA, a

385 Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e as demais, mas o CONSEMA acredito ter o ônus de levar consigo essa memória do
386 que foi feito para que não tenhamos um plano de resíduos que vá ficar no âmbito de gavetas. Têm-se muitas histórias de
387 levantamentos que acabam colocados dentro de uma gaveta. É claro que ele tem algumas imperfeições, se formos a fundo nos
388 questionamentos, nas quantidades, mas isso tudo fica pequeno quando se enxerga como ele deve ser visto. Ele é um marco
389 para a continuidade das ações de planejamento. É fundamental que se tenha no Rio Grande do Sul uma área de referência em
390 resíduos, uma estrutura administrativa e técnica que de continuidade nessas questões, uma delas, por exemplo, é o banco de
391 dados. Nós não podemos falar em banco de dados ligados restritamente a um dos órgãos competentes para o licenciamento.
392 O compromisso do CONSEMA é bastante grande por que o estado tem que deter uma estrutura de sistema de informações de
393 resíduos sólidos. Precisa de uma estrutura técnico-administrativa para consolidar essas informações. Como nós temos
394 atividades licenciadas pelos municípios, pela FEPAM e também pelo IBAMA. Nós não podemos esquecer que o Rio Grande do
395 Sul é um estado que tem uma área bastante grande em nitrofe internacional, onde os licenciamentos são em âmbito federal.
396 No momento em que se discute resíduos é importante a questão da escala, da reciclagem de resíduos como um todo. Se nós
397 não conhecermos a tipologia de resíduos e ele não estar somado como um todo não se tem a possibilidade de gerar interesse
398 para que alguém realmente empreenda e vá fazer algo com aquele resíduo. Nós temos que avançar, inclusive nas planilhas
399 que são exigidas pelo órgão ambiental. Por exemplo, resíduo orgânico de processo pode ser uma gama enorme de resíduos
400 desde a indústria de alimentos até outros setores como plástico, que podem ser entendidos como resíduos orgânicos de
401 processo. Para que nós tenhamos o aprofundamento e o aumento da quantidade efetivamente processada de resíduos no
402 estado nós precisamos melhorar o jeito como nós medimos a quantidade de resíduos. Só para se ter uma ideia do quanto nós
403 precisamos evoluir em cima do que está exposto. Acredito que esse trabalho foi um passo importantíssimo na caracterização
404 desses resíduos, dessas oito (8) tipologias. Todos os conselheiros vão receber esse relatório síntese do trabalho, que contém a
405 síntese dos levantamentos, as diretrizes, metas e ações. Esse trabalho reflete também o que foi coletado de informações ao
406 longo das audiências públicas, a expertise das equipes envolvidas, como um todo e um esforço muito grande da secretaria
407 para que esse trabalho tivesse seu êxito e conclusão dentro do prazo estabelecido. Ele vai ficar disponível no site do PERS e
408 será entregue na sua versão original aos municípios e dirigentes de entidades que foram consultadas ao longo desse tempo
409 em que a sociedade gaúcha foi provocada a contribuir. Sabemos da dificuldade que é ter esses dados, pois não se tem uma
410 cultura de dados no Brasil, se tem histórico isso e bem conhecido que as empresas muitas vezes não sabem por que lucram e
411 nem por que perdem, por que existe essa falta de cultura da informação ser tabulada. Isso pode fazer parte do relatório como
412 necessidade de um upgrade cultural em termos de números. A equipe se dedicou muito, vejo alguns suspirando do cansaço do
413 trabalho para conseguir o objetivo. Então, ficamos a disposição caso haja algum questionamento a ser feito. O estado do Rio
414 Grande do Sul está de parabéns mais uma vez. Obrigada!” **Sra. Ananda de Oliveira:** “Queríamos então fazer a entrega do
415 PERS. É um kit, não só com o PERS, mas com um pequeno mimo da secretaria executiva, com o kit e uma camiseta.” **Sr. Ivo**
416 **Lessa:** “Mário, nós temos que combinar depois como fazer para evoluir na questão do resíduos sólidos rural e na questão da
417 água, né Campani? Como tentar desenvolver termos especificados no meio rural.” **Sr. Mario Seffer:** “É importante tua
418 colocação. Nós tentamos através de vários setores, varias reuniões, vários sindicatos e não se conseguiu nenhuma aprovação.
419 Há uma dificuldade dos setores de conseguir informações.” **Sr. Darci Campani:** “Eu fiz uma pergunta na audiência de
420 apresentação do plano, a resposta não foi dada, também não consegui vir na reunião da CTP de Resíduos Sólidos. Sei que há
421 uma possibilidade desse governo deixar para que o próximo decrete o plano. Então, ficamos na expectativa de que o próximo
422 governo faça a decretação desse plano. Nós do CONSEMA temos a responsabilidade de na reunião de março uma
423 apresentação do plano em pauta única, com a deliberação de algum encaminhamento com a nossa posição sobre o plano.
424 Quero parabenizar o estado, a SEMA, a equipe de trabalho da EngeBio. Convido a todos para participarem do lançamento do
425 livro de vinte (20) anos da semana da água, no Sindicato dos Engenheiros.” **Sra. Ananda de Oliveira:** “vamos encaminhar
426 para o próximo ponto de pauta. O Sr. Luis Rodrigo irá fazer apresentação da Resolução duzentos e noventa de dois mil e
427 quatorze (Res.290/2014). Vou solicitar que os conselheiros que permaneçam por questão de quórum. Vou solicitar que não
428 fizemos nenhuma deliberação referente a esta resolução no dia de hoje. Vamos ouvir os esclarecimentos, se necessário para a
429 próxima reunião do CONSEMA vamos precisar de mais esclarecimentos, para então o pleno fazer sua aprovação. Eu acredito
430 que os conselheiros merecem o tempo para análise e apreciação desta resolução e principalmente de todos os instrumentos
431 de transparência e ética para as resoluções aprovadas.” **Sr. Luis Rodrigo:** “Boa tarde! Sobre essa questão de não ter votação,
432 como é uma questão de orçamento deste ano, não sei como fica a questão legal.” **Sra. Ananda de Oliveira:** “não temos mais
433 quórum.” **Sr. Luis Rodrigo:** “Ela não é muito complexa. Quando nós viemos para cá, a SEMA e os demais órgãos de governo.
434 São quatro (4) órgãos do governo no prédio da União: SEMA, FEPAM, FAPERGS e EGR. Foi um processo tumultuoso, no
435 sentido de que nosso prédio foi lacrado. O governo deu uma solução da seguinte forma: ele suplementou o orçamento da
436 SEMA para fazer o pagamento de todos os custos do prédio. Estávamos na prática pagando aluguel, água, energia,
437 condomínio e outros órgãos. Os órgãos de controle começaram a apontar quanto a isso, por que estávamos fazendo este tipo
438 de pagamento. Nós fizemos em dois mil e quatorze (2014) um novo contrato de aluguel e cada órgão fez seu contrato de
439 aluguel. O orçamento de dois mil e quatorze (2014) foi todo suplementado para a SEMA pagar os alugueis. Tivemos que tirar
440 do nosso orçamento e passar para os outros órgãos esses valores. Com a FAPERGS e a EGR deu tudo certo, eles tinham um
441 orçamento próprio e conseguiram pagar. A FEPAM não tinha recurso próprio para fazer o pagamento e a SEMA não tinha mais
442 como dar uma suplementação orçamentaria. A questão foi resolvida com a Fazenda, como a FEPAM tem recursos no seu
443 orçamento que são do Tesouro e do FEMA, a Fazenda acabou sugerindo que fizesse uma suplementação no FEMA de
444 oitocentos e oito mil reais (R\$808.000,00) para pagar o aluguel e todas as despesas para poder regularizar essa situação. O
445 que ocorreu? Como a Fazenda trabalha em um outro ritmo, nós fizemos as solicitações dentro dos prazos e eles não nos
446 atenderam. A FEPAM começou a pagar o aluguel tirando dinheiro de outras rubricas. Tirou da manutenção de veículo, de
447 almoxarifado, que causou um certo transtorno. Tentamos agilizar da melhor forma e a Fazenda sugeriu que fizemos a
448 suplementação dentro do FEMA. Como já havia sido pago o aluguel por outras formas de recursos, a FEPAM começou a

449 utilizar para pagar contratos de vigilância, TI, almoxarifado que são alguns custos que a SEMA também paga com o FEMA.
450 Está dentro do regramento de utilização do recurso. Fizemos uma junta com a Lourdes que cuida do orçamento da SEMA e a
451 Taís que cuida do orçamento da FEPAM e diretoria administrativa da FEPAM e nós entendemos que tinha a legalidade de fazer
452 dentro do processo. Essa é a situação real da suplementação que foi feita nesse recurso. Alguém tem alguma pergunta?” **Sra.**
453 **Sandra Berto**: “Tem o Regimento do FEMA contigo? Não tenho o meu aqui, então não lembro de cabeça. Gostaria que tu
454 pudesse nos dizer para que servem os recursos do FEMA.” **Sr. Luis Rodrigo**: “Eles são prioritariamente para utilização em
455 unidades de conservação, educação ambiental, controle e fiscalização ambiental, pesquisa e desenvolvimento tecnológico,
456 desenvolvimento institucional e outras estabelecidas pelo CONSEMA e pela Secretaria de estado do Meio Ambiente.” **Sra.**
457 **Lisiane Becker**: “Vale destacar que na educação ambiental nós da Mira-Serra não recebemos o dinheiro ainda. Isso foi o ano
458 passado e nós tiramos o primeiro (1º) lugar e ainda não recebemos.” **Sr. Luis Rodrigo**: “Na verdade não faltou recurso, o que
459 faltaram foram procedimentos que daí já foge a minha competência. Da parte administrativa o recurso estava disponível.” **Sra.**
460 **Sandra Berto**: “Já que foi repassado orçamento da SEMA para a FEPAM por que não saiu do Recurso Hídrico?” **Sr. Luis**
461 **Rodrigo**: “Não tinha. O argumento da Fazenda é que eles não iriam utilizar do recurso para fazer isso.” **Sra. Sandra Berto**: “A
462 Fazenda é que decide se tem recurso ou não para pagar as despesas da SEMA?” **Sr. Luis Rodrigo**: “Na verdade foi a solução
463 encontrada.” **Sr. Darci Campani**: “A forma como a resolução está não pode ser mantida. Eu não consigo entender. Nunca vi
464 suplementação como forma de ofício. Tem que fazer uma nova resolução dizendo em que rubrica ele vai ser gasto, aí evitaria
465 até de o colega ter que vir aqui, pois isso já estaria na resolução. Nunca vi uma resolução se suplementação de recurso
466 conforme ofício. Tem que ser reeditada a resolução para vir novamente ao Conselho.” **Sra. Ananda de Oliveira**: “só para dar
467 dois (2) recadinhos. Nós temos aqui ao lado um coffee break que nós vamos fazer. Como não temos quórum e já tínhamos
468 combinado que deliberaríamos este assunto para a próxima do CONSEMA a sugestão é que eu envie por e-mail o ofício e a
469 resolução para a próxima reunião a gente fazer a deliberação, no caso ser aprovada. Não temos mais nenhuma pauta. Alguém
470 quer colocar algo em assuntos gerais? Então todos convidados para o nosso coffee break. Encerra-se a reunião.” Não
471 havendo nada mais a ser tratado encerra-se esta reunião. Foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros
472 presentes a reunião.
473
474